



Demonstrações financeiras

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

31 de dezembro de 2020

Com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório da administração.....	3
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Normas e interpretações novas e revisadas.....	20
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	21
6. Aplicações Financeiras.....	21
7. Caixa restrito.....	21
8. Ativo da concessão.....	22
9. Tributos e contribuições a compensar.....	23
10. Imobilizado.....	24
11. Intangível.....	24
12. Empréstimos e financiamentos.....	25
13. Fornecedores.....	26
14. Tributos e encargos sociais a recolher.....	26
15. Encargos regulatórios a recolher.....	27
16. Provisões.....	27
17. PIS e COFINS diferidos.....	27
18. Patrimônio líquido	28
29. Receita operacional líquida.....	29
20. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....	31
21. Resultado financeiro.....	32
22. Imposto de renda e contribuição social.....	32
23. Transações com partes relacionadas.....	32
24. Instrumentos financeiros.....	33
25. Seguros.....	35
26. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento.....	35
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	36

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Relatório da Administração

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise do resultado do exercício de 2020 em comparação com o exercício de 2019:

O exercício de 2020 apresentou um prejuízo no exercício de R\$24.612 em comparação ao lucro no exercício do ano anterior com R\$12.407.

A **receita operacional líquida** teve variação negativa de 70,1% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	<u>2020</u>	<u>%</u>	<u>2019</u>	<u>%</u>	<u>% Variação 2020/2019</u>
Receita de implementação da infraestrutura	28	0,3	-	-	100,0
Operação e Manutenção	2.732	29,6	1.886	6,1	44,9
Remuneração dos ativos da concessão	7.816	84,8	32.843	106,4	(76,2)
Prestação de serviços	26	0,3	45	0,1	(42,2)
Tributos sobre a receita	(472)	(4,5)	(3.167)	(9,1)	(85,1)
Encargos regulatórios	(912)	(8,6)	(741)	(2,1)	23,1
Receita operacional líquida	<u>9.218</u>		<u>30.866</u>		<u>(70,1)</u>

- (i) A **receita de implementação da infraestrutura** apresentou em 2020 o montante de R\$28, tal receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos e reconhecimento da margem conforme revisão das premissas contábeis.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$2.732 em 2020, comparada com R\$1.886 em 2019, explicada principalmente pela variação da parcela de ajuste do ciclo tarifário.
- (iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R\$7.816 em 2020, redução de 76,2% em relação a 2019 explicada principalmente pelo: (i) R\$27.665 referente redução na atualização do ativo da concessão devido revisão da taxa implícita de cada contrato de concessão, compensado pelo (ii) aumento de R\$2.638 pela atualização do IPCA mensal.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$1.384 em 2020 e R\$3.908 em 2019, devido aos tributos PIS/COFINS de 3,65% em 2020 e de 9,25% em 2019 na mudança do regime de tributação para lucro presumido da receita bruta e os encargos dos consumidores (Reserva Global de Reversão RGR, Pesquisa e Desenvolvimento P&D e Taxa de Fiscalização).

Os **custos de operação e manutenção** tiveram aumento de 23,4%, com R\$6.455 em 2020 frente aos R\$5.229 em 2019, com variação concentrada em gastos em terrenos e serviços com manutenção e conservação das bases nas torres de transmissão.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$18.189 em 2020 comparada com R\$3.861 em 2019, devido principalmente, a constituição de provisão cível e execuções judiciais referente processos de servidão e desapropriação e indenizações no montante de R\$14.440.

O **resultado financeiro** teve variação de 4,6% totalizando despesa de R\$1.170 em 2020 e R\$1.226 em 2019, devido à redução em juros sobre empréstimos. Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.188 (R\$16.093 em 31 de dezembro de 2019).

A despesa com **imposto de renda e contribuição social** totalizou R\$7.997 em 2020 comparado com R\$8.143 em 2019, devido a: (i) mudança do regime tributário que passou do lucro real para o presumido, (ii) revisão da alíquota dos impostos diferidos conforme a expectativa de realização devido a alteração do regime tributário no montante de R\$8.185.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.693	128
Aplicações financeiras	6	3.031	11.591
Ativo da concessão	8	19.401	18.426
Estoques		40	40
Tributos e contribuições a compensar	9	267	410
Outros		390	15
		34.822	30.610
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	1.961	1.934
Ativo da concessão	8	181.717	208.091
Estoques		687	687
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	-	1.144
Depósitos judiciais		14	618
Outros		-	328
		184.379	212.802
Imobilizado	10	150	62
Intangível	11	118	156
		268	218
		184.647	213.020
Total do ativo		219.469	243.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.903	3.938
Arrendamento		17	59
Fornecedores	13	965	999
Tributos e encargos sociais a recolher	14	390	313
Encargos regulatórios a recolher	15	207	68
Partes relacionadas	23	120	119
Outros		1.863	1.005
		6.465	6.501
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	9.285	12.155
Arrendamento		133	5
PIS e COFINS diferidos	17	7.262	23.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(a)	6.128	-
Encargos regulatórios a recolher	15	450	504
Provisão para demandas judiciais	16	14.996	1.980
		38.254	37.767
Patrimônio líquido			
Capital social	18(a)	220.660	220.660
Prejuízos acumulados	18 (b)	(45.910)	(21.298)
		174.750	199.362
Total do passivo e do patrimônio líquido		219.469	243.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	19.1	9.218	30.866
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	20	<u>(6.455)</u>	<u>(5.229)</u>
Lucro bruto		<u>2.763</u>	<u>25.637</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	20	(18.189)	(3.861)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(19)</u>	<u>-</u>
		<u>(18.208)</u>	<u>(3.861)</u>
(Prejuízo) Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		(15.445)	21.776
Receitas financeiras	21	420	774
Despesas financeiras	21	<u>(1.590)</u>	<u>(2.000)</u>
		<u>(1.170)</u>	<u>(1.226)</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.615)	20.550
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22(a)	(305)	(247)
Diferido	22(a)	<u>(7.692)</u>	<u>(7.896)</u>
		<u>(7.997)</u>	<u>(8.143)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(24.612)</u>	<u>12.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(24.612)</u>	<u>12.407</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(24.612)</u>	<u>12.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018		220.660	(33.705)	186.955
Lucro líquido do exercício	18(b)	-	12.407	12.407
Em 31 de dezembro de 2019	18	220.660	(21.298)	199.362
Prejuízo líquido do exercício	18 (b)	-	(24.612)	(24.612)
Em 31 de dezembro de 2020	18	220.660	(45.910)	174.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(24.612)	12.407
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 20)	54	90
PIS e COFINS diferidos	(15.861)	1.286
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.692	7.896
Provisão para demandas judiciais	12.440	1.853
Rendimento sobre aplicações financeiras	(223)	(172)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.042	1.368
	<u>(19.468)</u>	<u>24.728</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(27)	(162)
Ativo da concessão	25.399	(14.311)
Tributos e contribuições a compensar	143	312
Cauções e depósitos vinculados	604	-
Outros	(47)	(14)
	<u>26.072</u>	<u>(14.175)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(34)	(644)
Tributos e encargos sociais a recolher	77	(231)
Encargos regulatórios a recolher	80	(186)
Obrigações trabalhistas	-	(90)
Outros	859	282
	<u>982</u>	<u>(869)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	<u>7.586</u>	<u>9.684</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(11.325)	(13.430)
Resgates de aplicações financeiras	20.108	2.011
Imobilizado (nota 10)	(3)	-
Intangível	-	(9)
	<u>8.780</u>	<u>(11.428)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>8.780</u>	<u>(11.428)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota12)	(3.895)	(3.894)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota12)	(888)	(1.205)
Pagamentos de arrendamentos	(18)	(58)
	<u>(4.801)</u>	<u>(5.157)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>(4.801)</u>	<u>(5.157)</u>
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>11.565</u>	<u>(6.901)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	128	7.029
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.693	128
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>11.565</u>	<u>(6.901)</u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$529 (R\$268 em 2019).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Sul S.A. (“IESUL” ou “Companhia”), constituída em 23 de julho de 2008, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), desde setembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em setembro de 2018, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Cymi Construções e Participações S.A (“Cymi”).

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
013/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	6.418	06/20
016/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	14.321	06/20

Contrato nº 013/2008

Subestação Scharlau, em 230/138kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 Km, com origem na subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, com entrada em operação no dia 9 de dezembro de 2010.

Contrato nº 016/2008

Subestação Forquilha em 230/69Kv com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 Kv, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100Km, com origem na nova subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 Km, com origem na subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de março de 2021.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Ofício – Circular CVM 04/2020

Em 20 de dezembro de 2020 a CVM divulgou Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória).

Em consequência do Ofício CVM a Companhia adequou suas práticas contábeis, sendo percebido em 31 de dezembro de 2020, e em comparação com a prática anterior, um aumento no resultado do exercício em função da revisão da taxa implícita e consequente impacto na margem de construção, no valor de R\$587 e uma redução de R\$24.020 em 31 de dezembro de 2019, líquidos dos impostos. Nenhuma reclassificação ou adequação foi reconhecida para os saldos em 31 de dezembro de 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 22 (a));
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 16).
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da margem de lucro (nota 19.1)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 8)

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 19.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 19.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.6 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2021.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, bem como levam em consideração as orientações do Ofício CVM nº 04/2020 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os efeitos da adequação ao referido Ofício estão descritos na nota 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

(b) Remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (nota 19.1(b)).

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (nota 19.1 (a)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2020.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 15).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), aplicações financeiras (nota 6) e caixa restrito (nota 7).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à serviços de O&M (nota 8) e depósitos judiciais.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 8 (b)).

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia são classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 10).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 11).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 16 (a).

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal (nota 18 (b)).

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) – Definições de negócios
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros
- CPC 26 (R1) e (CPC 23) - Definição de omissão material

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

- CPC 11 – Contratos de Seguros
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)

Exceto pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, e não aplicável à Companhia, a Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos		-	128
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	101,9	<u>11.693</u>	<u>-</u>
		<u>11.693</u>	<u>128</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 24 (c).

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pela Companhia, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2020	2020	2019
	<u>% do CDI</u>		
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		22	6.352
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	100,9%	<u>3.009</u>	<u>5.239</u>
		<u>3.031</u>	<u>11.591</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R\$1.961 (R\$1.934 em 2019), e refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do (ICSD) inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

8 Ativo da concessão

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	2.500	1.574
	2.500	1.574
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	198.618	224.943
	201.118	226.517
Circulante	19.401	18.426
Não circulante	181.717	208.091

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	200.994	226.425
Vencidos		
até 30 dias	35	3
de 31 a 60 dias	-	3
de 61 a 360 dias	3	5
há mais de 361 dias	86	81
	124	92
	201.118	226.517

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Saldos em 2018	<u>212.206</u>
Remuneração dos ativos de concessão (nota 19.1)	32.843
Receita de operação e manutenção (nota 19.1)	1.886
Recebimentos	<u>(20.418)</u>
Saldos em 2019	<u>226.517</u>
Receita de infraestrutura (nota 19.1)	28
Remuneração dos ativos da concessão (nota 19.1)	7.816
Receita de operação e manutenção (nota 19.1)	2.732
Recebimentos	<u>(35.975)</u>
Saldos em 2020	<u>201.118</u>

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda a recuperar	122	226
Contribuição social a recuperar	20	77
Imposto de renda retido na fonte	85	67
COFINS	33	33
PIS	<u>7</u>	<u>7</u>
	<u>267</u>	<u>410</u>

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

	2020		2019		Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de edifícios	163	(16)	147	62	10%
Móveis e utensílios	3	-	3	-	
	166	(16)	150	62	

	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas / Transferências	Saldos em 2020
Arrendamento em edifícios	62	163	(16)	(62)	147
Móveis e utensílios	-	-	-	3	3
Imobilizado em andamento	-	3	-	(3)	-
	62	166	(16)	(62)	150

11 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

Movimentação do intangível:

Saldo em 2018	181
Adições	9
Amortização	(34)
Saldo em 2019	156
Amortização	(38)
Saldo em 2020	118

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Contrato	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data final	Finalidade	Forma de pagamento	Indicador financeiro	2020	2019
10.2.1883.1	18.166	21.12.2010	5,5% a.a.	5,50%	15.01.2021	Financiar os projetos do Lote F do leilão 004/2008	Principal e juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	93	1.213
			TJLP + 2,58% a.a.	5,50%	15.05.2025				3.372	4.136
13.2.0422.1	28.200	28.06.2013	3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023	Financiar os projetos do Lote I do leilão 004/2008	Principal e juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	2.781	3.972
			TJLP + 2,58% a.a.	8,80%	15.02.2028				5.942	6.772
Total									12.188	16.093
Circulante									2.903	3.938
Não circulante									9.285	12.155

Existe interveniência da Controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2020, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*).

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	2.855
2022	2.761	2.762
2023	1.968	1.969
2024	1.572	1.572
2025	1.135	1.135
2026	821	821
2026 a 2028	<u>1.028</u>	<u>1.041</u>
	<u>9.285</u>	<u>12.155</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2018	<u>19.959</u>
Pagamentos de principal	(3.894)
Pagamentos de juros	(1.205)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>1.233</u>
Saldos em 2019	<u>16.093</u>
Pagamentos de principal	(3.895)
Pagamentos de juros	(888)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>878</u>
Saldos em 2020	<u>12.188</u>

13 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$965 (R\$999 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras para serviços relativos à operação e manutenção.

14 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda	102	-
Contribuição social	64	6
COFINS	82	150
PIS	18	33
INSS	46	41
ISS	13	12
Imposto de renda retido na fonte	3	11
Outros	<u>62</u>	<u>60</u>
	<u>390</u>	<u>313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	598	512
Taxa de fiscalização ANEEL	59	60
	<u>657</u>	<u>572</u>
Circulante	<u>207</u>	<u>68</u>
Não circulante	<u>450</u>	<u>504</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

16 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui trinta e cinco ações cíveis-fundiárias no valor de R\$14.996 com probabilidade de perda provável (R\$ 1.980 em 2019).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui treze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo doze de natureza cível-fundiária, no valor de R\$3.000 e uma de natureza tributária no valor de R\$10, totalizando R\$3.010.

17 PIS e COFINS diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS diferido	1.295	4.125
COFINS diferido	5.967	18.998
	<u>7.262</u>	<u>23.123</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2020 e 2019 é de 221.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2020 e 2019 totaliza R\$220.660 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	<u>(24.612)</u>	<u>12.407</u>
Absorção de parcela de prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>(12.407)</u>
	<u>(24.612)</u>	<u>-</u>

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Receita operacional líquida

19.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a)	28	-
Operação e Manutenção (a) (nota 8)	2.732	1.886
Receita de remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 8)	7.816	32.843
Prestação de serviços	<u>26</u>	<u>45</u>
Total da receita bruta	<u>10.602</u>	<u>34.774</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(381)	(2.602)
PIS	<u>(91)</u>	<u>(565)</u>
	<u>(472)</u>	<u>(3.167)</u>
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão – RGR	(641)	(490)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(197)	(182)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	<u>(74)</u>	<u>(69)</u>
	<u>(912)</u>	<u>(741)</u>
	<u>9.218</u>	<u>30.866</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que os gastos são incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto. As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

19.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

19.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

(a) Revisão Tarifária Periódica

O processo de RTP das licitadas, envolve: (i) a revisão do custo de capital de terceiros para os ativos obtidos por meio dos leilões; (ii) a aplicação do ganho de produtividade empresarial (atualmente é igual a zero); (iii) a revisão da base de ativos composta pelos reforços e melhorias. Para os anos de 2018 e 2019, foram efetivamente revisados os custos de capital de terceiros. Já a valoração da referida base de remuneração regulatória é feita preferencialmente pelo Banco de Preços de referência ANEEL, tendo as discussões ocorridas por meio da Audiência Pública nº 031/18, sendo seus resultados homologados por meio da Resolução Homologatória nº 2.514/2019. Considerando que por ocasião das datas efetivas das RTP's o banco de preços ainda estava em discussão, a base de ativos composta por reforços e melhorias não foi revisada, ocorrendo em 2020 por meio da Resolução Homologatória nº 2.702 de 23 de junho de 2020, com efeitos retroativos.

Assim, a variação nas RAP's para os anos de 2018 e 2019, considerando a revisão da base de reforços e melhorias é de:

Ano de revisão	Contrato de concessão	Resultado da revisão da RTP (%)
2019	013/2008	(2,37)
2019	016/2008	1,89

Em 8 de julho de 2020 foi apresentado Recurso Administrativo junto a ANEEL referentes aos laudos de avaliação dos ativos da BRR. Os valores utilizados pela ANEEL na determinação da RAP foram baseados nos laudos BRR protocolados em julho de 2019, os quais não contemplavam as modificações com relação ao Banco de Preços conforme Despacho nº 2.869/2019, publicado em 29 de outubro de 2019, que alterou dados relacionados aos quantitativos referenciais dos ativos que compõe o referido banco, causando mudança nos valores de referência VNR na avaliação dos ativos. Até 31 de dezembro de 2020 não houve evolução deste recurso.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19.4 Reajuste anual da receita

Em 14 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.725, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2020 a 30 de junho de 2021, considerando o ciclo conforme a seguir:

índice	RAP Ciclo 19/20			RAP Ciclo 20/21			RAP Ciclo 20/21
	REH 2.565 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21
IPCA	6.035	113	-	193	6.340	78	6.418
IPCA	12.704	254	-	817	13.774	548	14.322

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2019/2020

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2020	Total 2019
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
	013/2008	-	6.340	78	-	-	-	6.418
016/2008	2.389	11.128	542	-	257	5	14.322	12.166
	2.389	17.468	620	-	257	5	20.740	17.943

20 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2020			2019
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal (*)	-	-	-	-
Serviços	(6.853)	(1.264)	(8.117)	(6.371)
Materiais	(150)	-	(150)	(25)
Arrendamentos e aluguéis	(118)	-	(118)	(113)
Depreciação e amortização	-	(54)	(54)	(90)
Demandas judiciais	-	(16.836)	(16.836)	(2.395)
Outros	666	(35)	631	(96)
	(6.455)	(18.189)	(24.644)	(9.090)

(*) A partir de novembro de 2018 a Companhia terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha ou contrata recursos com a Controladora CTEEP por meio de contrato específico (nota 23).

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	394	586
Juros ativos	1	7
Variações monetárias	24	78
Outras	1	103
	<u>420</u>	<u>774</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(878)	(1.180)
Juros passivos	-	(19)
Variações monetárias	(581)	(193)
Outras	(131)	(608)
	<u>(1.590)</u>	<u>(2.000)</u>
	<u>(1.170)</u>	<u>(1.226)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia passou a adotar o regime de lucro presumido trimestral em janeiro de 2020. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$6.128 no passivo (R\$1.144 em 2019 no ativo) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

23 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	120	119	(499)	(538)
		<u>120</u>	<u>119</u>	<u>(499)</u>	<u>(538)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

24 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Equivalentes de caixa	1	11.693	-
Aplicações financeiras	2	3.031	11.591
Caixa restrito	2	1.961	1.934
<u>Custo amortizado</u>			
Contas a Receber – Serviços de O&M	-	2.500	1.574
Depósitos judiciais	-	14	618
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	2.903	3.938
Não circulante	-	9.285	12.155
Arrendamento			
Circulante	-	17	59
Não circulante	-	133	5
Fornecedores	-	965	999
Partes relacionadas		120	119

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	2.903	3.938
Não circulante	9.285	12.155
Arrendamento		
Circulante	17	59
Não circulante	<u>133</u>	<u>5</u>
Dívida total	12.338	16.157
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>14.724</u>	<u>11.719</u>
Dívida líquida	(2.386)	4.438
Patrimônio líquido	174.750	199.362
Índice de endividamento líquido	N/A	2,2%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) apurados com base nos índices de endividamento (nota 12). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 19.3).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

25 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/20 a 19/12/21	47.585	32
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/20 a 19/12/21	50.000(*)	-
			<u>32</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

26 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

		<u>Alterações não Caixa</u>			
	<u>2019</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Adição ou transferência</u>	<u>Juros</u>	<u>2020</u>
Empréstimos e financiamentos	16.093	(4.783)	-	878	12.188
Arrendamentos	64	(18)	101	3	150
Total	<u>16.157</u>	<u>(4.801)</u>	<u>101</u>	<u>881</u>	<u>12.338</u>

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Sul S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração da Companhia avaliou a aplicabilidade de determinadas orientações relacionadas aos pronunciamentos contábeis CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, descritas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 04/2020, a partir do exercício 2020, com adoção retrospectiva, e mensurou os efeitos contábeis relativos à taxa implícita do fluxo financeiro dos contratos de concessão. Porém, tendo em vista que todos os impactos contábeis foram registrados pela Companhia no exercício de 2020, ao invés de terem sido reconhecidos no exercício contábil apropriado, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os valores correspondentes do ativo da concessão, dos tributos diferidos passivos e do patrimônio líquido estão superavaliados nos montantes de R\$25.753 mil, R\$1.733 mil e R\$24.020 mil, respectivamente, e o lucro líquido do exercício de 2020 está subavaliado em R\$21.369 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a administração da Companhia registrou todos os impactos contábeis da revisão da taxa implícita do fluxo financeiro no exercício de 2020, ao invés de terem sido reconhecidos no exercício contábil apropriado, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os valores correspondentes do ativo da concessão, dos tributos diferidos passivos e do patrimônio líquido estão superavaliados nos montantes de R\$25.753 mil, R\$1.733 mil e R\$24.020 mil, respectivamente, e o lucro líquido do exercício de 2020 está subavaliado em R\$21.369 mil.

Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP